



AgEcon SEARCH

RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



O SENTIDO DA REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA: UMA INTERPRETAÇÃO À LUZ DE CELSO FURTADO, CAIO PRADO JR. E FRANCISCO DE OLIVEIRA

CARLOS ALVES NASCIMENTO; SORAIA APARECIDA CARDOZO; KATIUCY LEMES NASCIMENTO;

UFU

UBERLÂNDIA - MG - BRASIL

canasc38@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Comércio Internacional

O Sentido da Reprimarização da Pauta Exportadora: uma interpretação à luz de Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Francisco de Oliveira

Grupo de Pesquisa: 3 – Comércio Internacional

RESUMO

O artigo objetiva contribuir com o debate sobre a hipótese de reprimarização da pauta exportadora brasileira, integrando na discussão todo o Balanço de Transações Correntes. Isso é preciso para nos ajudar a entender que pensadores como Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Francisco de Oliveira já apontavam, nas décadas de 1960 e 1970, para o *sentido* estrutural da atual reprimarização.

Palavras-chaves: Reprimarização; Comércio internacional; Transações correntes.

ABSTRACT

The paper aims to contribute towards the debate about the hypothesis of reprimarization of the Brazilian exports goods, integrating in the argument all the Current Account. That is necessary for help us to understand that thinkers as Celso Furtado, Caio Prado Jr. and Francisco de Oliveira already aimed, in the decades of 1960 and 1970, for the structural sense of the present reprimarization.

Key-words: Reprimarization; International trade; Current Account.

1. Introdução



Uma das conseqüências da reestruturação produtiva ocorrida na década de 1990 foi a especialização da pauta de exportações brasileira, concentrada, em termos de valor, em *commodities* agrícolas e minerais. Vários analistas vêm demonstrando esses resultados há vários anos e levantam evidências que dão sustentação à hipótese de *reprimarização* da pauta exportadora brasileira.

No presente trabalho situaremos a discussão sobre a hipótese de reprimarização em uma análise que extrapole a pauta exportadora e que englobe, de forma relacional, a pauta de importações e a conta de serviços e rendas do balanço de pagamentos. Ademais, objetivamos contribuir para esse debate chamando à atenção – para o que é central neste ensaio – de que os referidos estudos recentemente (última década) desenvolvidos, que apontam para processos de *inserção regressiva, especialização regressiva, desindustrialização e desnacionalização, internacionalização introvertida* (COUTINHO, 1997; GONÇALVES, 2001; LAPLANE e SARTI, 2006; entre outros), na verdade tão somente avalizam as hipóteses de pensadores clássicos da realidade sócio-econômica brasileira, tais como, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Francisco Oliveira, que nas décadas de 1960 e 1970, período pós-governo JK e de início de um “novo estilo de acumulação”, já mostravam, cada um a seu modo, mas de forma convergente, a dependência congênita do país às exportações de produtos primários para dar continuidade, sobre-fôlego, à dinâmica econômica brasileira.

A análise central deste ensaio, portanto, não repousará somente sobre o exame da pauta exportadora, mas, sobretudo, sobre o conjunto do balanço de transações correntes (BTC). Entendemos que tanto a pauta exportadora como a pauta importadora e a conta de serviços e rendas são fundamentais, numa análise em conjunto, para a discussão sobre a hipótese de tendência à reprimarização da pauta de exportações. Essa é a razão que, no nosso entendimento, justifica o resgate daqueles grandes teóricos nacionais acima referidos – que o período recente marcado pela pretensão do pensamento único tratou de apagar da memória de muitos cientistas sociais, especialmente os economistas – para nos ajudar na interpretação do conjunto dos dados aqui apresentados.

O artigo procura mostrar que o Brasil contemporâneo deu sobrevida, reabilitou, uma característica imanente, congênita, estrutural da economia, que para muitos analistas estaria ultrapassada, transformada em um resquício da história, um resquício do passado colonial, suplantada pela industrialização substitutiva de importações e pelas reformas e reestruturações ocorridas nos anos 1990, mas que para analistas argutos como Prado Jr., Furtado e Oliveira, pertence ao cerne do “modelo” econômico adotado.

O texto está organizado em mais três seções, além desta breve introdução. Na primeira apresentamos alguns dados empíricos que servirão para balizar a discussão na seção seguinte, na qual nos apoiaremos nas obras dos autores clássicos acima referidos. E, por fim, na última seção apresentaremos algumas reflexões adicionais e finais.

1. Evidências empíricas da tendência à reprimarização

As evidências empíricas que têm suscitado as advertências de que o país esteja experimentando uma reversão na pauta exportadora no sentido de uma tendência de reprimarização estão presentes em vários estudos e trabalhos publicados. Nosso interesse é fazer nesta seção não mais do que apenas um breve resgate dos mesmos com o único objetivo



de fornecer os elementos empíricos iniciais para a discussão na seção posterior feita à luz dos pensadores brasileiros clássicos que selecionamos.

Iniciando pelo resultado a que Carneiro (2002) aponta acerca da abertura comercial dos anos 1990, pode-se ver na Tabela 1 – que apresenta o coeficiente de penetração, isso é, a razão entre importação e produção interna, e o coeficiente de abertura, ou seja, a razão entre exportação e produção interna, para os setores de acordo com sua intensidade tecnológica – que os maiores coeficientes de penetração são os dos setores intensivos em tecnologia e capital o que denota maior especialização ou perda de elos das cadeias produtivas nestes setores, principalmente a partir de 1994 com a valorização cambial. Nos demais setores estes fatores foram menos significantes. Disso decorre que o crescimento da economia nacional passou a depender mais fortemente das importações, e que os efeitos negativos desse processo de abertura comercial se materializaram em grande aumento da importação de insumos e componentes importados, que causaram a eliminação de importantes elos das cadeias produtivas (BRITTO, 2003; COUTINHO, 1997; DE NEGRI, 2005; entre outros). A abertura comercial forjou uma maior especialização da estrutura produtiva nacional, fazendo com que o coeficiente importado aumentasse mais que proporcionalmente em relação ao coeficiente exportado, principalmente a partir de 1994 com a combinação de abertura comercial e câmbio valorizado; mas os anos mais recentes revelam que mesmo com a mudança no regime cambial a partir de 1999 a tendência de *especialização regressiva* (COUTINHO, 1997) permanece (LAPLANE e SARTI, 2006; PRATES, 2006).

Tabela 1: Coeficientes de penetração (M/P) e abertura (X/P) por intensidade de fator - 1990-1998

Setores Intensivos em:	1990	1994	1998
Coeficientes de Penetração (%)			
Tecnologia	9,8	16,8	44,1
Capital	9,9	13,5	24,2
Mão-de-Obra	2	5,6	11,7
Recursos Naturais	3,4	6	8,1
Coeficientes de Abertura (%)			
Tecnologia	10	13,6	23,2
Capital	7,9	9,6	11,4
Mão-de-Obra	6,4	9,7	13,3
Recursos Naturais	12,7	16	18,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) *apud* Carneiro (2002, p. 319).

Já em relação ao coeficiente de abertura, ele se elevou em todos os setores, mas não conseguiu acompanhar o coeficiente de penetração naqueles setores ditos mais dinâmicos, isso é, os intensivos em tecnologia e capital (Tabela 1). Dessa forma, a especialização não acarretou ganhos proporcionais de mercado externo, o que pode estar indicando, por um lado, uma significativa perda de competitividade internacional da indústria brasileira, acarretando numa *inserção internacional regressiva* (GONÇALVES, 2001), e ou, por outro lado, o reflexo das estratégias das empresas transnacionais com filiais no país (HIRATUKA, 2002).

A Tabela 2 mostra que as importações cresceram mais que as exportações em todos os setores, expresso por um declínio na taxa de comércio, no período analisado. Após 1994, embora os setores intensivos em mão-de-obra e recursos naturais tenham sofrido uma queda na taxa de comércio mais acentuada que nos demais setores, apenas aqueles dois setores conseguiram manter as exportações mais elevadas que as importações em 1998. A mesma

Tabela mostra também que os setores mais dinâmicos, os intensivos em tecnologia e capital, apresentaram um déficit crescente entre 1990 e 1998 ao passo que os setores mais tradicionais, intensivos em mão-de-obra e recursos naturais, conseguiram se manter superavitários no período – sendo que somente o último conseguiu ter superávit crescente em sua balança comercial.

Tabela 2: Taxa de comércio e saldo* por intensidade de fator – Anos selecionados

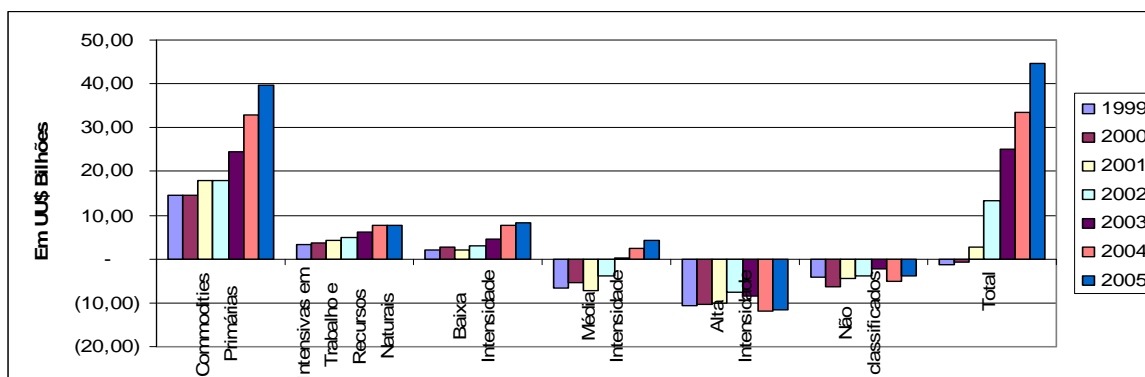
Setores Intensivos em:	1990	1994	1998
Taxa de Comércio (X/M)			
Tecnologia	1	0,8	0,5
Capital	0,8	0,7	0,5
Mão-de-Obra	3,2	1,7	1,1
Recursos Naturais	3,7	2,7	2,3
Saldo Comercial (X-M)/P (*)			
Tecnologia	0,2	-3,2	-20,9
Capital	-2	-3,9	-12,8
Mão-de-Obra	4,4	4,1	1,6
Recursos Naturais	9,3	10	10,7

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) *apud* Carneiro (2002, p. 328).

Nota: * Em % da produção do setor.

Considerando os anos mais recentes, e usando rigorosamente a metodologia da UNCTAD, Dias e Pinheiro (2007), analisando os anos 1989, 1996 e 2006, chegam à conclusão de que o Brasil persiste na exportação especializada em produtos de baixo valor adicionado. Esses autores observam que mais de 50% da pauta exportadora brasileira concentra-se em *commodities* ou produtos intensivos em trabalho. Usando a mesma abordagem metodológica De Negri (2005) mostra que os produtos classificados como ‘*commodities* primárias’, ‘intensivos em trabalho e recursos naturais’ e ‘baixa intensidade tecnológica’ são os únicos que contribuem para a geração de saldos comerciais positivos – já os produtos de média e alta intensidades tecnológicas não só não contribuem para o superávit comercial, como apresentam déficits muito elevados, em seus respectivos setores, no período 2000 a 2003. Essas evidências são corroboradas pelo Gráfico 1, para o período 1999 a 2005. Observe-se que o saldo de comércio mantém-se concentrado nos mesmos produtos identificados por De Negri. Da mesma forma, são especialmente as *commodities* o tipo de produto que, por um lado, mais contribui para o superávit comercial e, por outro lado, são os produtos não classificados e de média intensidade tecnológica e, mais fortemente, os de alta intensidade tecnológica os que contribuem negativamente para o saldo de comércio. Os gráficos 2 e 3 ilustram bem o problema; ou seja, não só há uma tendência de *reprimarização* da pauta exportadora, como também uma tendência de aumento da *dependência* de importações de bens com elevado conteúdo tecnológico – duas tendências que se configuram como irmãs siamesas da questão central da próxima seção.

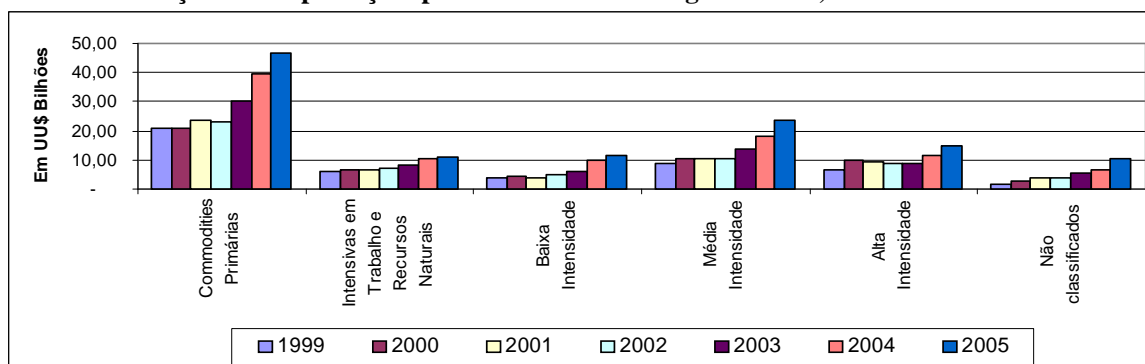
Gráfico 1
Evolução do Saldo por Conteúdo Tecnológico: Brasil, 1999 a 2005.



Fonte: Secex-MDIC. Elaboração NEIT-Unicamp.

Nota: os autores agradecem ao Prof. Célio Hiratuka (IE/Unicamp) pelo fornecimento desses dados.

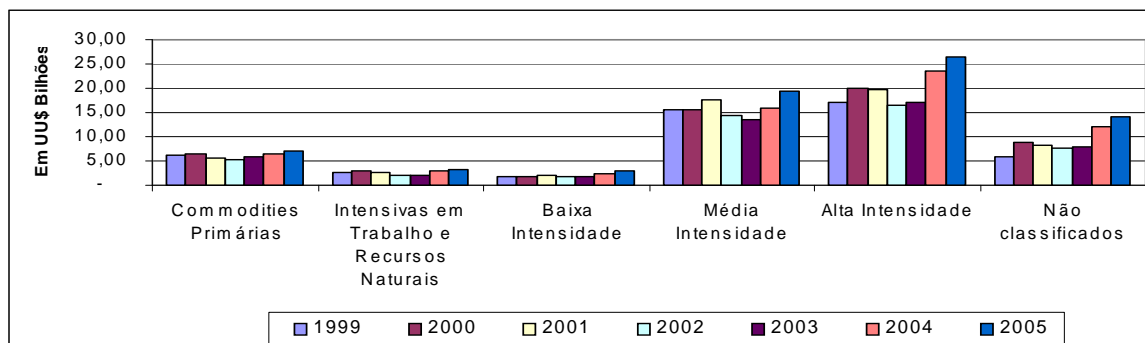
Gráfico 2
Evolução das Exportações por Conteúdo Tecnológico: Brasil, 1999 a 2005.



Fonte: Secex-MDIC. Elaboração NEIT-Unicamp.

Nota: os autores agradecem ao Prof. Célio Hiratuka (IE/Unicamp) pelo fornecimento desses dados.

Gráfico 3
Evolução das Importações por Conteúdo Tecnológico: Brasil, 1999 a 2005.



Fonte: Secex-MDIC. Elaboração NEIT-Unicamp.

Nota: os autores agradecem ao Prof. Célio Hiratuka (IE/Unicamp) pelo fornecimento desses dados.

2. O Sentido da Reprimarização à luz de três pensadores clássicos brasileiros: Celso Furtado, Caio Prado e Francisco de Oliveira

A industrialização substitutiva de importações levada a cabo no Brasil nas décadas de 1950 a 1970 continha não só a expectativa de alterar qualitativamente a pauta de importações, mas também modificar positivamente a qualidade da pauta de exportações, diversificando-a, de modo que se pudesse reduzir a vulnerabilidade intrínseca à dependência a alguns produtos exportáveis tradicionalmente primários.

Os dados da Tabela 3 mostram que houve avanço no sentido de alcançar tal objetivo. Observe-se que de 1964 a 1980 a pauta exportadora progressivamente foi deixando de ser majoritariamente composta por produtos primários, tornando-se claramente mais diversificada.

Tabela 3: Valor das Exportações e Importações Agrícolas: Brasil, 1964-1980.

(US\$1.000.000 FOB)

Ano	Exportações de Produtos Agrícolas		Importações de Produtos Agrícolas	
	Valor	% do total de exportações	Valor	% do total de importações
1964	1.151,30	80,5	262,6	24,2
1968	1.484,10	78,9	306,6	16,5
1972	2.854,50	71,5	362,2	8,5
1976	6.538,10	62,8	1.009,3	8,1
1980	9.871,20	49	2.146,60	9,3

Fonte: Consultoria e Assessoria em Comércio Exterior (Cacex), apud Albuquerque e Nicol (1987: 292).

Por outro lado, essa modificação qualitativa na pauta de exportações – que, em tese, daria maior robustez e estabilidade à geração de divisas e melhoraria a qualidade dos saldos comerciais – não foi suficiente para compensar a mudança que também progressivamente foi ocorrendo na conta de serviços, cujo impacto passou a se dar negativa e persistentemente sobre o saldo de transações correntes do balanço de pagamentos, conforme Gráfico 4, em anexo.



A análise mais pormenorizada do Gráfico 4 mostra que a partir de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 – período que coincide com o início do “novo *estilo* de acumulação”¹ – os valores pertinentes à conta de ‘serviços e rendas’ e do saldo do balanço de transações correntes - BTC saltam, em poucos anos, da casa dos milhões de dólares para o patamar dos bilhões de dólares, prosseguindo em uma trajetória sempre ascendente desde então até os dias atuais.

Esse é ‘o’ ponto que consideramos importante observar, para o propósito que nos interessa neste ensaio. Ou seja, junto com a industrialização substitutiva, que logrou iniciar um processo de diversificação da pauta exportadora, com uma maior presença de bens manufaturados, emerge também um progressivo processo de crescimento do saldo deficitário da conta de serviços do BTC, que ao longo de todo o período de tempo analisado (Gráfico 4, em anexo) – salvo poucos anos de exceção – corrói as divisas geradas pelos esforços exportadores da nova pauta conquistada pela industrialização substitutiva de importados. Nos quase quarenta anos apresentados no Gráfico 4, apenas em raríssimos deles o saldo do BTC foi superavitário. O déficit em conta corrente, por outro lado, cresceu de forma ininterrupta. Observe-se no Gráfico 5, em anexo, que ao longo da década de 1990 até os anos mais recentes registrou-se uma expansão sem precedente do déficit na conta de ‘renda de investimento direto’², alcançando UU\$ 17,3 bilhões negativos, em 2007 – além das trajetórias relativamente similares das demais contas apresentadas no mesmo Gráfico.

Os anos 1990 entrarão para a história como a década em que os dirigentes do Brasil apostaram nas orientações neoliberais como a panacéia para se concluir de vez, de golpe, a lenta transição da velha pauta exportadora para uma nova pauta, mais diversificada, com maior presença de produtos manufaturados de elevado conteúdo tecnológico e, sobretudo, mais competitiva internacionalmente, capaz de enfrentar com sucesso o novo cenário macroeconômico mais hostil surgido com o aprofundamento da abertura comercial e a nova inserção internacional do país, nos moldes da orientação neoliberal. Ademais, a aposta foi feita imputando ao capital internacional a função privilegiada de cumprir a nova tarefa exportadora.

Sem pretensão de nos alongarmos nesse ponto – uma vez que já há uma abundante literatura tratando exemplarmente das reformas econômicas dos anos 1990 e suas conseqüências³ – apenas queremos sublinhar que a leitura dessa literatura nos permite inferir que a estratégia neoliberal foi malograda, não só porque não cumpriu as expectativas, mas, sobretudo porque o aprofundamento da internacionalização do país, resultante da estratégia neoliberal, ocorreu de forma *regressiva* (GONÇALVES, 2001; COUTINHO, 1997) e

¹ Trata-se do novo *estilo* de acumulação que se instaurou a partir da reação à crise dos primeiros anos da década de 1960. Esse novo estilo de acumulação ficou condicionado – pelo o que nos interessa mais de perto – a novas formas de integração ao capitalismo internacional – além do condicionamento à reconcentração da renda e a um novo esquema de articulação e uso do poder político (TAVARES e SERRA, 1977).

² Pertencente à conta de Serviços e Rendas do BTC as “rendas de investimentos diretos abrangem os lucros e dividendos relativos a participações no capital de empresas e os juros correspondentes aos empréstimos intercompanhias nas modalidades de empréstimos diretos e títulos de qualquer prazo. Não incluem os ganhos de capital, classificados como investimento direto na conta financeira”. (BACEN, 2001: 8)

³ Os trabalhos que tratam desse tema e que nos servem mais de perto são: Britto (2002; 2003), Delgado (2005), Gonçalves (2000; 2001), Sarti e Laplane (2003), Laplane e Sarti (2006), De Negri (2003; 2005), Dias e Pinheiro (2007), Prates (2006), Hiratuka (2002), Benetti (s.d.).



introvertida, no sentido de que “não resultou em uma maior presença mundial, nem das empresas brasileiras, nem dos produtos produzidos no Brasil. Em contrapartida, aumentaram o passivo externo e a importância do Brasil como consumidor de bens intermediários produzidos em outros países” (SARTI e LAPLANE, 2003: 51).

A questão de maior interesse no presente trabalho é o de como podemos interpretar esses elementos à luz dos pensadores brasileiros clássicos que selecionamos. Esse é o nosso objeto central. Nossa hipótese é que os dados aqui apresentados, e todos os que vários estudiosos já apresentaram também, na mesma perspectiva crítica, põem em evidência a exatidão do pensamento desses autores clássicos, profetas da ciências sociais brasileiras.

Caio Prado Jr. ao longo de sua obra nos ensinou a dar a devida importância aos movimentos históricos de longa duração a fim de podermos identificar tanto as discontinuidades que ocorrem no desenrolar dos processos históricos, como também, sobretudo, o que permanece como continuidade de processos passados, mal-resolvidos. Combinando esses dois modos de ler a evolução dos desdobramentos históricos é que podemos compreender o seu *sentido*.

Com esse entendimento é que temos que nos perguntar sobre o significado da provável tendência à reprimarização da pauta de exportações brasileira, conforme já sugerido por vários estudos. Não é sem razão que muitos autores sustentam essa hipótese. Mas, qual o seu sentido histórico, o seu significado, o que está por trás dessa “nova” tendência, dessa reversão na tendência anterior, fruto da industrialização substitutiva. Essa é a questão que nos ocupa o pensamento neste trabalho.

Para Caio Prado Jr. – analista dos longos e profundos movimentos da história brasileira – essa (tendência à) reversão já estava posta no momento em que o Brasil acelerou a sua industrialização recorrendo ao capital estrangeiro no governo Juscelino Kubitschek⁴ – sem que se resolvesse com anterioridade os graves problemas de desequilíbrio no mercado de trabalho, que por sua vez, tinha raiz na estrutura fundiária concentrada; ou seja, sem levar a termo a revolução brasileira⁵. Como o mercado interno subdesenvolvido padece de uma “conjuntura mercantil precária”, que se traduz em elevado grau de incerteza embutido no cálculo capitalista, as decisões de investimento dos capitais forâneos são instáveis, com reduzido grau de compromisso com os interesses nacionais da sociedade subdesenvolvida. A consequência dessa característica estrutural do mercado subdesenvolvido é que o sentido da relação entre o capital internacional e o espaço econômico nacional permanece o mesmo da fase colonial, qual seja, o de extrair excedentes e repatriá-los, uma vez que o grau de precariedade da conjuntura mercantil do mercado interno subdesenvolvido não assegura necessariamente a virtual reinversão dos excedentes das empresas transnacionais⁶.

⁴ A relação orgânica que a economia brasileira passa a ter com o capital internacional a partir dessa data faz com que a industrialização brasileira passe a marchar “... canhestramente e por impulsos descontínuos e desordenados, ao sabor de vicissitudes que lhe são estranhas, como em particular a caprichosa conjuntura das finanças externas” (Prado Jr., 1999: 122). Nesse livro e em Caio Prado (2000; 1970; 1966) o autor apresenta claramente sua posição crítica em relação ao papel do capital estrangeiro no país e à desnacionalização da indústria brasileira.

⁵ Caio Prado (1966).

⁶ Sampaio Jr. (1999:107) esclarece que o ponto fundamental da argumentação de Caio Prado sobre esta noção de “conjuntura mercantil precária” é que “...a extrema instabilidade do processo de mercantilização das economias periféricas não permite que o mercado interno se afirme como horizonte de acumulação e como instância de



Não é por acaso que as taxas de crescimento do PIB e de formação bruta de capital fixo – FBCF, há vinte anos são medíocres⁷, se comparadas com as décadas anteriores e também com as necessidades nacionais de absorção da força de trabalho subempregada e desempregada. Também não é por acaso que a reestruturação produtiva ocorrida nos anos 1990, sob orientação neoliberal, foi feita, ao contrário do que seus apologistas pensavam, com baixos níveis de investimento, com estratégias defensivas, com terceirização da força de trabalho, etc. (LAPLANE e SARTI, 2006).

Nessas condições, como o capital estrangeiro, que veio “ajudar”⁸ a construir o parque industrial do país a partir da segunda metade da década de 1950⁹, tem a garantia de que poderá realizar seu valor, repatriar seus excedentes? Para Caio Prado (1966: 135-136; grifos nossos), o problema crucial é que

Efetivamente, o nosso desenvolvimento econômico, enquadrado no sistema imperialista – e é isso que se propõe com o apelo ao concurso de empreendimentos imperialistas, e que de fato se está no momento realizando no Brasil – se pautará necessariamente pelos interesses dos trustes aqui instalados que se farão, como já acontece e *será cada vez mais o caso*, o elemento principal e fator decisivo de nossa economia. São os trustes que fixarão as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento, para eles naturalmente determinados pelo montante dos lucros que a economia brasileira é capaz de proporcionar. *E que limites são esses? Encontramo-los na margem de saldos financeiros que o Brasil oferece nas suas contas externas; a saber, aqueles que resultam do nosso intercâmbio com o exterior.*¹⁰

validação social do circuito de valorização do capital”. O que torna o mercado interno subdesenvolvido um espaço econômico de segunda linha para as tomadas de decisão de investimento dos capitais transnacionais.

⁷ De acordo com Dedecca (2004) a taxa anual de crescimento do PIB brasileiro foi de 8,6%, em 1971-1980, de 1,6%, em 1981-1990, de 2,7%, em 1991-2000, e de 1,0%, em 2001-2003. Segundo Marquetti (2000: 21 e 24) de 1943 a 1975 a taxa de crescimento da FBCF foi de 9,93%, mas a do período de 1975 a 1998 foi de apenas 2,42%. Ainda de acordo com esse autor, a taxa bruta de crescimento do estoque líquido de capital fixo medida como a razão entre o investimento e o estoque líquido de capital fixo foi de 14,2%, média do período 1950-1980, e caindo para 9,8%, média do período 1981-1998.

⁸ Analisando as distintas modalidades de ajuda econômica externa (doações, créditos, créditos e/ou doação de cereais, investimentos diretos) a países em desenvolvimento, Kalecki (1980: 93-94) critica a idéia de que o investimento direto estrangeiro é mais barato para o país receptor que qualquer crédito, uma vez que aquele não seria devolvido. Kalecki explica que no caso do IDE os lucros transferidos ao exterior podem ser superiores ao custo de devolução de um crédito exterior. Mesmo que parte dos lucros sejam reinvestidos, estes gerarão posteriores lucros que serão transferidos, pelo menos em parte, ao exterior. Dessa forma, “Nos encontramos, por tanto, ante um proceso interminable de espiral creciente, en contraste com um crédito que crea obligaciones durante um número definido de años. Puede demostrarse fácilmente que, a largo plazo, el impacto de la inversión directa exterior continua sobre la balanza de pagos del país receptor ha de ser negativo (no discutimos aquí las consecuencias indirectas en forma de exportaciones adicionales o sustitución de importaciones que serían las mismas, independientemente de la forma de financiación de la nueva planta), a menos que la entrada de inversión exterior crezca sustancialmente de año en año”.

⁹ No tocante à década de 1990 e aos anos recentes os IDEs não resultaram em ampliação da capacidade produtiva, comparativamente aos anos 1950-1970. Pelo contrário, a maior parte dos IDEs nos anos 1990 serviram para processos de aquisição e/ou fusões, especialmente – o que agrava ainda mais a situação – nos setores *non tradables* (LAPLANE e SARTI, 2006).

¹⁰ Caio Prado (1999: 127) reitera essa compreensão afirmando que “... a posição dominante e decisiva que o capital internacional ocupa na economia brasileira tende *permanentemente a reconduzi-la* para a anterior situação centrada na *função exportadora* (...) Observa-se aqui muito bem a ligação do capitalismo internacional com o nosso velho sistema colonial fundado na exportação de produtos primários, pois é dessa exportação que



A forma mais sólida que um país tem de assegurar a cobertura cambial para as remessas ao exterior é através da geração de divisas com suas exportações. Entretanto, historicamente a capacidade brasileira de gerar meios de pagamentos internacionais indispensáveis ao suprimento de oferta interna de bens de capital e insumos básicos esteve dependente de produtos primários, os quais – na ocasião em que Caio Prado escreve “História e Desenvolvimento” – tinham pouco dinamismo, baixa capacidade geradora de divisas. Para esse pensador, a continuidade da dinâmica econômica dependeria do surgimento de um novo produto primário exportável, já que *essencialmente* o capital estrangeiro produzia para o mercado interno, razão pela qual o país estaria recorrentemente dependente da sua velha função exportadora primária, e também razão pela qual o país estaria periodicamente sujeito a crises de balanço de pagamentos.

Caio Prado (1999, 1ª edição em 1968), embora se encontrasse cético quanto à possibilidade real de ressurgimento de boas perspectivas para as exportações de gêneros primários – pois a ocasião em que estava escrevendo era de crise em virtude de que a exportação de bens primários já se mostrava “... patentemente incapaz de lastrear, como no passado, e como ainda hoje dela se exige, a vitalidade econômica do país” (p.142) –, mantinha sua convicção de que “Essa *função exportadora* não perde contudo seu *sentido* e larga expressão porque *ainda permanece essencial e fundamental*” (p. 141, grifos nossos).

Aqui gostaríamos de abrir um parêntese importante. No presente trabalho estamos ocupados em encontrar, à luz dos clássicos selecionados, o sentido para a tendência recente de reprimarização (desde meados dos anos 1990), observada por vários analistas. Entretanto, convém ressaltar que – e aqui a ressalva endossa as observações da permanência da essencialidade da função exportadora primária advertida por Prado Jr. – não podemos esquecer que a crise de endividamento da década de 1980 em grande medida foi enfrentada re-editando a função exportadora primária; ou seja, os elevados superávits comerciais da década de 1980, conforme podem ser vistos no Gráfico 4, em anexo, tiveram forte contribuição do setor agrícola e dos ramos agroindustriais conexos, incentivados pela política brasileira, que passaram a ser, mais uma vez, essenciais para prover as necessidades de financiamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos (DELGADO, 2005). Nos anos 1990 e anos 2000, pode-se entender que se trata apenas de uma nova edição da função exportadora primária, que permanece imanente, como uma necessidade estrutural da economia.

Plenamente convergente com a interpretação de Prado Jr., podemos identificar também em Francisco de Oliveira o cerne da atual tendência à reprimarização exatamente no Plano de Metas¹¹, com o qual o governo JK *restaura* a velha divisão internacional do trabalho – que vinha sendo alterada de acordo com o ritmo próprio do país (movimento visto também por Prado Jr. como um processo de transformação revolucionária importante para uma

provêm os recursos com os quais o capitalismo internacional conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência”.

¹¹ “Sem sombra de dúvida, o perfil da economia brasileira hoje não apenas não pode ser entendido senão tomando-se como referência básica a segunda metade dos anos cinquenta, como os problemas que emergem hoje na primeira linha da pauta do futuro comportamento da economia nacional são, rigorosamente, os sinais de esgotamento do padrão de acumulação ali iniciado ou ampliado, se se quiser relativizar a questão” .(OLIVEIRA, 1977: 76)



potencial libertação do país do seu passado colonial¹²). Porém, dita restauração ocorreu em um patamar mais elevado da divisão internacional do trabalho, na qual a partir de então a necessidade de gerar divisas estrangeiras aumentaria, à medida que passaria a estar também em função das necessidades de realização nos circuitos financeiros internacionais dos ganhos do capital transnacional recentemente instalado, além da manutenção da capacidade de importar, especialmente, bens de capital.

A explicação de Oliveira é que a industrialização substitutiva ocorreu de forma desproporcional entre os departamentos de bens intermediários e de produção (D1) e de bens de consumo duráveis (D3), com o agravante de que o D1 permaneceu aquém das demandas do D3. Aqui está a razão de Oliveira interpretar que houve uma “restauração’ Kubitschek”, que reverteu o lento, porém consistente, avanço da construção, *pela base*, da capacidade produtiva industrial nacional¹³, retransferindo relativamente o D1 para fora do país, à medida que o esforço do Plano de Metas colocou à frente da construção do D1 a construção do D3, sobre o qual fundava-se o novo padrão de acumulação radicalmente distinto do que vinha sendo esboçado no período anterior¹⁴. A dupla implicação dessa opção política histórica foi que, de um lado, manteve-se a dependência externa de importações de bens de produção e intermediários, e, de outro, ampliou-se a necessidade de gerar divisas estrangeiras com produtos primários para aplacar a ânsia de realização, da valorização do capital produtivo de propriedade estrangeira, nos circuitos financeiros internacionais. Ou seja, a cada momento que a economia ensaiar crescer impulsionada por algum surto expansivo do D3 – o departamento mais dinâmico da economia subdesenvolvida, e de propriedade do capital forâneo – elevam-se as demandas por importações de bens intermediários e de produção para complementarem a oferta doméstica desses bens, assim como também aumenta o potencial de remessas de lucros e dividendos, *royalties*, juros intercompanhias, etc., para o exterior – pois, como já apontava Caio Prado, o mercado doméstico brasileiro, subdesenvolvido, é débil para conter a instabilidade do capital internacional, comparativamente às economias desenvolvidas.

¹² Prado Jr. (1999; 1966).

¹³ Distintamente do que se seguiu com o Plano de Metas do governo JK, Oliveira (1977: 77 e 79; grifos nossos) destaca que o padrão de acumulação que vinha se estruturando na primeira metade dos anos 1950, correspondendo quase inteiramente ao governo Vargas, “... fundava-se numa *prévia* expansão do setor produtor de bens de produção, que poderia – atente-se para o condicional – *fundar as bases* para uma expansão industrial *mais equilibrada* entre os três departamentos básicos: o produtor de bens de produção, o produtor de bens de consumo não duráveis, e o produtor de bens de consumo duráveis”. E mais, na execução desse processo de expansão prévia do setor de bens de produção “Era claramente posto de lado o recurso tanto ao endividamento externo quanto ao capital estrangeiro de investimento”.

¹⁴ “(...) o padrão de acumulação agora fundado no Departamento III teve como conseqüência imediata, dada a forma como se implantou, uma atrofia, relativa mas muito pronunciada, do departamento I; voltou a residir nos países capitalistas centrais parte do Departamento I da economia nacional. As conseqüências dessa inversão da tendência do período imediatamente anterior fazem-se sentir sobretudo atualmente. Essa inversão restaurou – daí o cognome ‘Restauração’ Kubitschek – um padrão de relações centro-periferia num patamar mais alto da divisão internacional do trabalho do sistema capitalista, instaurando, por sua vez – e aqui constitui sua singularidade –, uma crise recorrente de Balanço de Pagamentos, que se expressa na contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno mas financiada ou controlada pelo capital estrangeiro e a insuficiência de geração de meios de pagamento internacionais para fazer voltar à circulação internacional de capitais a parte do excedente que pertence ao capital internacional” .(OLIVEIRA, 1977: 87; itálicos do autor; sublinhados nossos)



Assim como Caio Prado, Oliveira, ao refletir sobre as perspectivas agônicas da economia brasileira, na década de 1970, colocava como virtuais possibilidades, entre outras, para o país vir a completar a construção do D1, o surgimento de um produto primário exportável capaz de alavancar as reservas estrangeiras do país. Porém, considerava muito difícil atribuir ao setor produtor de bens primários a tarefa de financiamento da conclusão do D1, pelas magnitudes de que se reveste essa tarefa, o que sugere a encruzilhada, o impasse em que se enclacrou o tipo de industrialização que foi levado adiante no país a partir do período JK. O estudo de Mazzucchelli (1977: 119) mostrou que, além do fato do D1, no Brasil, permanecer *inconcluso*, os ciclos expansivos do D1 se dão de forma sempre *inconclusa*, de modo que a “autodeterminação da reprodução do capital é um processo que permanece incompleto a nível nacional”, e que

(...) a magnitude absoluta das importações de bens de capital, somada aos vultosos déficits da conta de serviços (que, no fundo, decorrem da enorme gravitação das empresas oligopólicas internacionais na economia brasileira), determinam um desequilíbrio a nível do balanço de pagamentos que passa a sobredeterminar, de modo marcante, as formas, as possibilidades e até mesmo os limites da acumulação de capital. (MAZZUCCHELLI, 1977: 120)

Por fim, conclui o autor que

(...) a ameaça sempre latente das importações; a progressiva incapacidade de se criar o progresso tecnológico; o reforço que a desnacionalização da economia em geral, e do setor de bens de capital em particular, exerce sobre as importações de seriados e sobre o atraso tecnológico, bem como a própria iminência de sua constante renovação – indicam, para além das intenções, as contradições de uma dinâmica setorial inconclusa, incapaz de romper os limites característicos da dependência. (MAZZUCCHELLI, 1977: 124)

Em estudo posterior, Assis (1985) mostra que, embora no período 1974-1977 tenha havido no país uma expressiva expansão – motivada pelo II PND – do setor de bens de capital, especialmente de bens sob encomenda, nos períodos seguintes (1977-1980 e 1980-1983) a trajetória do setor foi distinta, notadamente no último período (de política econômica recessiva), a ponto do autor advertir para a ameaça que o setor passou a enfrentar de sucateamento tecnológico, pondo em risco até mesmo a capacidade física produtiva que o setor logrou ampliar nos períodos anteriores. Ou seja, além de permanecer inconclusa a construção do D1, no sentido de tornar a economia brasileira autodeterminada, o relativo sucesso alcançado pela estratégia do II PND não teve fôlego longo, cujo resultado ainda era que a economia brasileira conservava “flagrantes traços de ‘subdesenvolvimento’” (ASSIS, 1985: 140).

Nos anos 1990, o problema exposto nas observações de Mazzucchelli (1977) e Assis (1985) parece se revestir de maior complexidade, especialmente em se tratando da questão tecnológica. As últimas duas décadas foram marcadas por importantes transformações na economia mundial, especialmente – para o que nos importa mais de perto – no tocante à natureza e à velocidade das inovações técnico-científicas, em âmbito mundial, e ao aprofundamento do processo de internacionalização da economia brasileira. Estudos mais recentes mostram que o aprofundamento da desnacionalização da economia brasileira nos anos 1990 refletiu-se essencialmente em *aumento das importações de tecnologia* por parte das indústrias, além do aumento da demanda por divisas da atividade industrial – para sustentar o aumento das importações de bens finais, de bens de capital e componentes (LAPLANE e



SARTI; 2006), e também do aumento das remessas de lucros e dividendos, conforme pode ser conferido no Gráfico 5, em anexo. De forma convergente com a observação desses autores, Silveira (2001: 172) avalia que “o Brasil regrediu em sua capacidade para inovar vis-à-vis os demais países”. Comparativamente aos países avançados e às economias dinâmicas da Ásia, a participação das empresas sediadas no Brasil nos gastos agregados com ciência e tecnologia são muito baixos. Esse é um reflexo do que está por trás das estratégias dos processos de Fusões & Aquisições na indústria brasileira ocorridos nos últimos anos, com forte participação do capital transnacional; ou seja, de que não visam a uma maior presença em novos mercados, tampouco a adquirir vantagens comparativas dinâmicas frente ao mercado internacional, cuja conseqüência é a redução na capacidade para inovar. A melhor condição competitiva fica restrita ao mercado interno, incorporando tecnologias não desenvolvidas na própria unidade, mas importadas dos centros inovadores (ASSIS, 2001; LAPLANE e SARTI, 2006).

Mais uma vez, restaura-se a velha divisão internacional do trabalho; porém, em um patamar mais elevado, superior e mais crítico do que o apontado por Oliveira (1977), em que as anteriores relações centro-periferia – traduzidas em produtores de matérias-primas vs produtores de manufaturas e, pós-JK, em produtores de bens de consumo vs produtores de bens de produção –, modernizam-se e transformam-se em indústrias consumidoras de tecnologias importadas vs indústrias inovadoras. Mesmo setores “baseados em ciências – química e bens eletrônicos de consumo –, por exemplo, tornam-se no Brasil setores consumidores de quem produziu inovações, nestes mesmos setores e em outros”. (ASSIS, 2001: 190)

Celso Furtado, por seu turno, ao longo de sua obra nos ensinou que o Brasil não se desenvolveu, mas tão somente se *modernizou*, e que é justamente aí que reside o problema do subdesenvolvimento brasileiro e, por que não, da imanência da tendência à reprimarização. O significado dessa *modernização*, de acordo com Furtado, consiste em que a industrialização brasileira, no que tem de fundamental, ocorreu atendendo aos anseios das elites nacionais, aculturadas, para assimilarem o estilo de vida e o padrão de consumo das sociedades industriais avançadas, sem, no entanto, ter sido acompanhado por um processo de acumulação necessária para absorver a força de trabalho excedente na economia¹⁵. Em razão disso, Furtado chamou-nos à atenção para o aparente paradoxo de que com a industrialização substitutiva, que avançou induzida pela demanda das elites, o país teria se tornado independente no que respeita à importação de bens de consumo finais, mas, por outro lado, não havia adquirido competitividade para lançá-lo a uma maior participação no comércio internacional de manufaturados¹⁶.

¹⁵ Furtado (2002) reitera esta sua compreensão central do subdesenvolvimento brasileiro que se encontra ao longo da sua obra.

¹⁶ Furtado (2000: 117) adverte que a iniciativa do Estado de criar indústrias de base, dando maior espessura à atividade industrial do país, de nenhum modo modificou esse aparente paradoxo nem as características da indústria brasileira, resultantes do estilo de industrialização levado adiante nos moldes do processo de *modernização*, quais sejam: i) dependência *vis-à-vis* da exportação de uns produtos primários; ii) dependência crescente com respeito à tecnologia utilizada, mesmo quando se desenvolvia uma indústria local de equipamentos; iii) demanda demasiadamente diversificada, relativamente ao nível de acumulação alcançado; iv) não aproveitamento pleno das possibilidades da tecnologia utilizada, em razão da dispersão dos investimentos.



O fato é que se, por um lado, o protecionismo contribuiu para a conformação dessa contradição, por outro lado, mestre Furtado “toca na ferida”, ou seja, aponta para o que realmente ele considera como fator decisivo para explicar tal contradição. Trata-se de uma indústria moderna, montada para atender uma demanda – que lhe antecede – por artigos que nem de longe representam as reais necessidades do conjunto da sociedade brasileira, e que, em virtude da incapacidade do capital privado nacional fazer face ao custo de implantação dessa indústria, recorreu-se ao capital estrangeiro que passou a controlar a partir de dentro do espaço nacional a continuidade do processo de modernização. O problema é que o capital estrangeiro introduz, sempre que a pressão da demanda se fizer presente, técnicas e equipamentos modernos que sofrem permanente mutação nos centros científicos avançados, porém, com a agravante de que já chegam com defasagens tecnológicas, dada a velocidade das inovações que ocorrem nos centros mundiais inovadores, cuja implicação é: i) inibe a competitividade exportadora; ii) as virtuais possibilidades de exportações subordinam-se à dependência das estratégias das empresas transnacionais¹⁷; iii) aprofunda a dependência de importações de bens de capital e sucedâneos, para ajustar a oferta doméstica que se mantém insuficiente; iv) mantém a pressão negativa sobre a conta corrente do país; v) empresas consumidoras de tecnologias importadas.

Furtado (1983: 99 e 102; grifos do autor) esclarece que na fase mais avançada da industrialização, posterior à fase da economia primário-exportadora (voltada para fora)

O progresso técnico deixa de ser uma questão de compra de um certo tipo de equipamento, e passa a depender do acesso às inovações que surgem em grande quantidade nos países ricos. Nesta fase, as filiais de corporações multinacionais facilmente superam as firmas locais, particularmente nas indústrias voltadas para o mercado diversificado. Mais precisamente, esta cesta, diversificada de bens de consumo nunca seria produzida localmente se o fluxo de inovações técnicas tivesse que ser pago a preços de mercado. Apesar do fato de, para uma grande empresa de atuação internacional, operando num país subdesenvolvido, o *custo de oportunidade* de tal afluxo de inovações ser praticamente zero, tal empresa nunca abriria mão delas em favor das firmas locais independentes, a não ser por um preço muito alto. (...) O *custo de oportunidade* de tal progresso técnico está num nível mínimo quando podem reproduzir o que elas criam e amortizam nos países responsáveis pelo financiamento de pesquisas e desenvolvimento, e está num nível máximo quando elas têm que introduzir nova pesquisa e desenvolvimento. Conseqüentemente, a expansão industrial se desenvolve através de um entrosamento das indústrias locais com os sistemas industriais dominantes, dos quais emerge o fluxo de nova tecnologia.”

À luz do pensamento de Furtado, portanto, entendemos que o *sentido* da atual tendência à reprimarização da pauta exportadora está estruturalmente associado à recorrente opção das elites dirigentes do país por manter atualizado o processo de modernização, que não resolve o problema básico de uma economia subdesenvolvida que é gerar postos de trabalho suficientes para absorver os excedentes de força de trabalho marginalizados. Mas que exige permanentemente um esforço descomunal para manter a capacidade de importar através dos saldos de comércio tradicionalmente de gêneros primários (e/ou *commodities* processadas), já que os manufaturados mantêm-se voltados para o mercado interno.

¹⁷ Para uma interessante análise das estratégias das filiais de empresas estrangeiras, ver HIRATUKA (2002).



O problema da dependência externa não se deve essencialmente ao controle exercido pelo capital estrangeiro sobre os setores dinâmicos da economia, produtores de bens duráveis. Para Furtado, o cerne do problema não reside na propriedade do capital, mas sim na opção sempre renovada de se insistir na prevalência da continuidade da modernização dos padrões de consumo das elites do país, o que revela a perenidade da dependência cultural à qual a sociedade brasileira é submetida¹⁸. O fato do capital internacional controlar o ritmo da modernização a partir de dentro do espaço nacional periférico, programando as sucessivas ondas de introdução de inovações gestadas nos centros capitalistas avançados, tão somente agrava ainda mais o problema elevando seu grau de irreversibilidade, uma vez que esse capital detém as facilidades – que escapam ao capital nacional – de acesso aos fluxos de inovações com custos de oportunidades baixos¹⁹.

Do ponto de vista da compreensão de Furtado, é o processo de modernização dos padrões de consumo das elites que por si mesmo gera desequilíbrios nas contas externas, seja ela comandada por capitais nacionais (público ou privado) ou por capitais internacionais²⁰. Seu comando pelo capital de propriedade forânea apenas agrava esse desequilíbrio, pelas razões apontadas tanto por Caio Prado e Oliveira, descritas nas páginas anteriores, quanto por Furtado, ao chamar à atenção de que o capital internacional mais facilmente renova o processo de modernização, que é permanentemente induzida pela demanda por bens duráveis que são renovados continuamente pelos centros de pesquisa e desenvolvimento estrangeiros.²¹ A dependência se enraíza no sistema produtivo e passa a ser programada pelas filiais das transnacionais a adoção dos padrões de consumo a serem adotados nos centros²². “Assim, o aumento dos custos em divisas estrangeiras da produção ligada ao próprio mercado interno cria tensões adicionais nas balanças de pagamentos dos respectivos países, as quais levam, em alguns casos, ao bloqueio do processo de industrialização” (FURTADO, 1983: 92).

Nos anos 1990, reforçou-se o controle das empresas transnacionais sobre o fluxo de inovações para garantir a continuidade do processo de modernização criticado por Furtado ao longo de toda a sua obra. Laplane e Sarti (2006), sintetizando uma série de estudos

¹⁸ Tal *dominação cultural* contamina também as classes de renda inferiores. Carneiro (2001) mostra em sua pesquisa sobre os padrões de consumo nos anos 1990 que as classes de renda inferiores apresentaram uma relativa convergência com as demais classes no que respeita ao padrão de consumo, especialmente eletrodomésticos. A convergência só não foi maior porque ocorreu um encarecimento dos serviços públicos (transporte, energia, telefonia, água e esgoto), além de com educação e saúde, que desviou parte da renda. O problema é que embora seja importante o acesso das famílias de baixa renda a certos eletrodomésticos, estas ainda se vêem em grande medida privadas do acesso a serviços públicos essenciais de qualidade (NERI, 2007). O que revela a inversão de valores no interior da sociedade brasileira.

¹⁹ “A propriedade pública dos bens de produção tampouco seria suficiente para erradicar o fenômeno da dependência, se o país em questão se mantém em posição de *satélite cultural* dos países cêntricos do sistema capitalista, e se encontra numa fase de acumulação de capital muito inferior à alcançada por estes últimos. (FURTADO, 1983: 84; grifo nosso)

²⁰ Dentro dessa mesma linha de raciocínio, Kalecki (1980: 71 e 79) adverte que o capital estrangeiro tanto na forma de crédito internacional como na forma de IDE pode ser daninho, prejudicial, ao país receptor (especialmente no que respeita as suas contas externas) se o seu uso for para: i) incrementar o consumo de artigos de luxo; ii) importar equipamentos que se destinam à ampliação da capacidade produtiva das indústrias que produzem artigos de luxo.

²¹ “O controle das atividades industriais periféricas pelas transnacionais conduz, portanto, de uma ou outra form2□□□o reforçamento da estrutura de dominação centro-periferia.” (FURTADO, 2000: 124)

²² “Subdesenvolvimento e Dependência: as conexões fundamentais (FURTADO, 1983: Cap. 2).



desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia, os quais enfatizam a importância de se considerar as estratégias globais das empresas transnacionais na questão da pesquisa e do desenvolvimento tecnológicos, afirmam, dando razão à atualidade da percepção de Furtado, que

mais uma vez os produtores locais [capital nacional e filiais de transnacionais] ficaram restritos à imitação dos avanços desenvolvidos *anteriormente no exterior* e, com raras exceções, não realizaram esforços genuinamente inovadores. As formas típicas de atualização tecnológica consistiram na adoção da *tecnologia ‘incorporada’* em projetos de produtos e em equipamentos adquiridos no exterior. A importação foi, do ponto de vista das empresas, o caminho mais curto e mais barato para ganhar acesso às inovações ‘disponíveis’ no exterior e para aumentar sua competitividade”. (LAPLANE e SARTI, 2006: 275; grifos nossos)

Entendemos que esses elementos evidenciam a atualidade das observações de Celso Furtado, Caio Prado e Francisco de Oliveira e que fornecem luz ao entendimento do *sentido da reprimarização*.

Reflexões adicionais e finais

Nosso objetivo consistiu em resgatar análises argutas de alguns intérpretes consagrados do Brasil que apontavam para a recorrente necessidade que o país tem de depender de exportações de produtos primários para manter o dinamismo da economia. No passado, para garantir as importações de bens finais de consumo; durante o processo de substituição de importações, para assegurar as importações de bens de produção e intermediários; no momento posterior, para garantir, além desse último, a realização dos lucros nos circuitos financeiros internacionais dos capitais forâneos que passaram a produzir internamente o que antes era importado; e, por fim, na fase atual de economia globalizada, para fazer frente ao aumento do coeficiente importado, especialmente de bens de capital e intermediários de elevado conteúdo tecnológico, e manter a continuidade das crescentes necessidades de realização externa dos investimentos diretos estrangeiros.

Uma economia que se industrializa, recorrendo ao capital estrangeiro, e se integra aos mercados internacionais, naturalmente passa a se defrontar com a necessidade de gerar divisas para assegurar a realização dos ganhos desse capital nos espaços supranacionais. Contudo, *como é feito isso é o que cada nação tem que responder*.

À medida que se mantém o “modelo” brasileiro e se aprofunda a desnacionalização – mantendo-se os problemas de financiamento, a ausência de políticas industriais, as dívidas com o passado colonial, etc. – a tendência a reprimarização configura-se como um processo estrutural, não apenas um fenômeno conjuntural. A contraface desse processo é a estagnação, a reiteração recorrente da política de *stop and go*, porque a economia não pode crescer além de um certo limite, determinado pela capacidade de importar. Ou seja, nossa indagação, após o que foi exposto ao longo do texto, é se o agronegócio, as commodities primárias e os produtos intensivos em trabalho serão suficientes para sustentar os impactos que um crescimento da economia – crescimento sustentado; ou seja, não se trata de conjuntura – acima das taxas médias registradas ao longo das últimas duas décadas e meia terá sobre o volume de importações – porque, como apontaram vários estudos citados no texto, elevou-se o coeficiente de importações principalmente de produtos de alta densidade tecnológica, a



despeito do baixo crescimento do produto nacional – e, subseqüentemente, sobre a conta corrente e o balanço de pagamentos.

As exportações de *commodities* e demais produtos de baixo conteúdo tecnológico têm sido suficientes – no contexto atual que não difere muito das décadas de 1980 e 1990, em termos de crescimento do produto – apenas para sustentar um certo nível de necessidades de importação. Para ampliar esse nível seria necessário ampliar as exportações de manufaturados, mas esbarra-se em: i) ausência de políticas industriais; ii) dificuldades de acesso a financiamento para investimentos; iii) estratégias das empresas transnacionais que preferem importar tecnologias ao invés de gera-las; etc.

Uma nação que pauta suas perspectivas de desenvolvimento sobre as bases de produtos primários de exportação revela que não aprendeu as lições da história das economias industriais avançadas. Aprender e praticar tais lições implica impor regras à racionalidade privada subordinando-a aos interesses do conjunto da nação (algo que a partir dos anos 1990 inverteu-se de vez, em maior medida do que antes) e, no que respeita à questão industrial, colocar critérios para a introdução de progresso técnico no aparelho produtivo da nação. Estas são lições que os clássicos brasileiros, que aqui adotamos para refletirmos sobre o sentido da reprimarização, nos legaram.

Uma nação para ter um mercado interno forte – para ser capaz de manter sua estabilidade nos momentos de adversidades no comércio internacional – tem que ser forte na agricultura e também na indústria, mas as obras dos clássicos sobre os quais nos apoiamos mostram que isso não é uma questão apenas de se realizar mais ou menos investimento. Não é uma questão de apenas ausência de políticas industriais, que são necessárias, porém não suficientes, porque podem tão somente incentivar novas rodadas de modernização, que se Celso Furtado estiver correto em sua análise do subdesenvolvimento, implicará apenas reforçar mais as características do subdesenvolvimento.

As experiências asiáticas ensinam que é possível suplantar certas características do subdesenvolvimento, mas isso não se deve apenas a políticas industriais, educacionais, ou a reformas institucionais. Essa compreensão fere um dos legados mais caros dos clássicos que aqui nos serviram para refletirmos: o de que temos que preservar nas nossas análises o que é de *específico* de cada realidade, seja ela asiática ou brasileira. Romeiro (1994), por exemplo, mostra o quanto foi decisivo para o sucesso da industrialização dos “tigres asiáticos” o equilíbrio que se logrou no mercado de trabalho em decorrência dos processos de reforma agrária ocorridos. Giacomán (1988), mostra, por outro lado, que os casos bem sucedidos do Sudeste asiático se devem não apenas ao papel dos respectivos Estados nacionais, o protecionismo ou à sua capacidade de inovação tecnológica, mas que o esforço industrializador foi favorecido por um conjunto de condições externas, sem as quais o êxito (da industrialização sustentada em exportações industriais) ficaria comprometido, quais sejam: i) modificações na divisão internacional do trabalho, propiciadas pela transposição de linhas de produção a países com escasso desenvolvimento; ii) coincidência entre as estratégias exportadoras e o período de rápida expansão do comércio internacional aliado ao aumento dos preços de produtos manufaturados de exportação; iii) diversos apoios recebidos pelo papel geopolítico no enfretamento leste-oeste; iv) a liderança e o efeito dinamizador que o Japão exerceu sobre suas antigas colônias. Nessa mesma linha de compreensão Medeiros (1999) chama à atenção para a ausência no debate sobre a via chinesa de industrialização dos condicionantes políticos e as estratégias de poder, no que toca ao papel-chave da China na



política do pós-guerra; ou seja, esse autor mostra a importância decisiva da geopolítica do pós-guerra para o desenvolvimentismo chinês, de como, por exemplo, a industrialização chinesa foi beneficiada pela política dos EUA de contenção da ex-URSS, na ocasião ainda URSS; política que assegurou à China o tratamento de Nação Mais Favorecida, abrindo com favorecimento o mercado norte americano aos produtos chineses, a partir de 1978.

No caso brasileiro, o que é específico, ao pensamento dos três clássicos que aqui nos apoiamos, senão o escândalo da concentração da terra, da reforma agrária que jamais saiu do papel, do desemprego estrutural, da superexploração dos trabalhadores, da brutal concentração da renda, da perene subordinação periférica? Como resolver isso com políticas industriais que incentivam o emprego de tecnologias que não absorverão os excedentes de força de trabalho? Não que as consideramos desnecessárias. Não é disso que se trata. Apenas que pode se transformar numa rotunda falácia, caso não se faça o que for necessário para completar a revolução brasileira (Caio Prado, 1966) abortada pelo modelo que se implantou a partir de JK e se afirmou com a força do regime militar.

Como ressaltou Furtado, o problema não repousa necessariamente na propriedade do capital, se estrangeiro ou nacional, mas na capacidade que uma elite tem de impor continuamente ao restante da nação a armadilha da modernização – no sentido que ele emprega a esse termo – que nega a milhões de brasileiros a libertação do que permanece mal-resolvido do nosso passado colonial, o que em países que hoje são espelhos para os subdesenvolvidos foram conquistados para potencializar as bases de financiamento e as políticas industriais e educacionais e as reformas institucionais.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, M. C. C.; NICOL, R. (1987). *Economia Agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira*. São Paulo: McGraw-Hill.
- ASSIS, L. E. A. (1985). *A indústria de bens de capital no Brasil: origens, política econômica e desempenho recente*. Campinas: IE/Unicamp. (dissertação de mestrado)
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN (2001). Notas Técnicas do Banco Central do Brasil: notas metodológicas do Balanço de Pagamentos.
- BENETTI, M. D. (s.d.). *Boom exportador: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro?* www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/indicadores/34_01/10_parte.pdf
Acessado em: 15/02/2008.
- BRITTO, G. (2003). Abertura comercial e coeficientes de conteúdo importado na indústria, in: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. [orgs.] (2003). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP; Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP.
- BRITTO, G. (2002). Abertura comercial e reestruturação comercial no Brasil: um estudo dos coeficientes de comércio. Campinas: UNICAMP (Dissertação de Mestrado)
- CARNEIRO, R. (2002). *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX*. São Paulo: UNESP. Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP.
- CARNEIRO, R. (2001). Padrões de consumo nos anos 1990 (Evidências preliminares). *Economia e Sociedade*, n. 17, pp. 141-150. Campinas: IE/UNICAMP.



- COUTINHO, L. (1997). A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização, in: VELLOSO, J. P. R. [org.] (1997). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- DEDECCA, C. S. (2004). *Brasil: o novo governo e o desenvolvimento social*. Campinas: Instituto de Economia. Unicamp. Mimeo.
- DELGADO, G. C. (2005). A questão agrária no Brasil, 1950-2003, JACCOUD, L. (2005). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA.
- DE NEGRI, F. (2005). Conteúdo tecnológico do comércio exterior brasileiro: o papel das empresas estrangeiras. *Texto para Discussão*, n. 1074. Brasília: IPEA.
- DE NEGRI, F. (2003). Empresas estrangeiras na indústria brasileira: características e impactos sobre o comércio exterior, in: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. [orgs.] (2003). *op. cit.*
- DIAS, R. F.; PINHEIRO, B. R. (2007). Análise da pauta de exportações brasileiras com base nos critérios da UNCTAD para os anos de 1989-1996-2006: Como tem sido a inserção brasileira no comércio internacional? Relatório Tópicos Especiais NEC. Salvador, Bahia.
- FURTADO, C. (2002). *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (2000). *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (1983). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GIACOMÁN, E. M. (1988). Las exportaciones como factor de arrastre del desarrollo industrial: la experiencia del Sudeste de Asia y sus enseñanzas para México. *Comercio Exterior*, v. 38, n. 4, abr./1988. México.
- GONÇALVES, R. (2000). *O Brasil e o Comércio Internacional. Transformações e Perspectivas*. São Paulo: Contexto.
- GONÇALVES, R. (2001). Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 5, Edição Especial.
- HIRATUKA, C. (2002). *Empresas transnacionais e comércio exterior: uma análise das estratégias das filiais brasileiras no contexto da abertura econômica*. Campinas: IE/UNICAMP (Tese de Doutorado)
- KALECKI, M. (1980). La ayuda exterior: un análisis económico, in: KALECKI, M. (1980). *Ensayos sobre las economías en vías de desarrollo*. Barcelona: Editorial Crítica.
- LAPLANE, M.; SARTI, F. (2006). Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. *Política Econômica em Foco*, n. 7, seção IX, nov.2005/abr.2006. Campinas: NEIT/IE/UNICAMP.
- MARQUETTI, A. A. (2000). Estimativa do estoque de riqueza tangível no Brasil. *Nova Economia*, v. 10, n. 2, dez./2000. Belo Horizonte.
- MAZZUCHELLI, F. (1977). A expansão inconclusa (considerações sobre o setor de bens de capital no Brasil). Campinas: Unicamp. (Dissertação de Mestrado)
- MEDEIROS, C. A. (1999). China: entre os séculos XX e XXI, in: FIORI, J. L. (1999). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes.

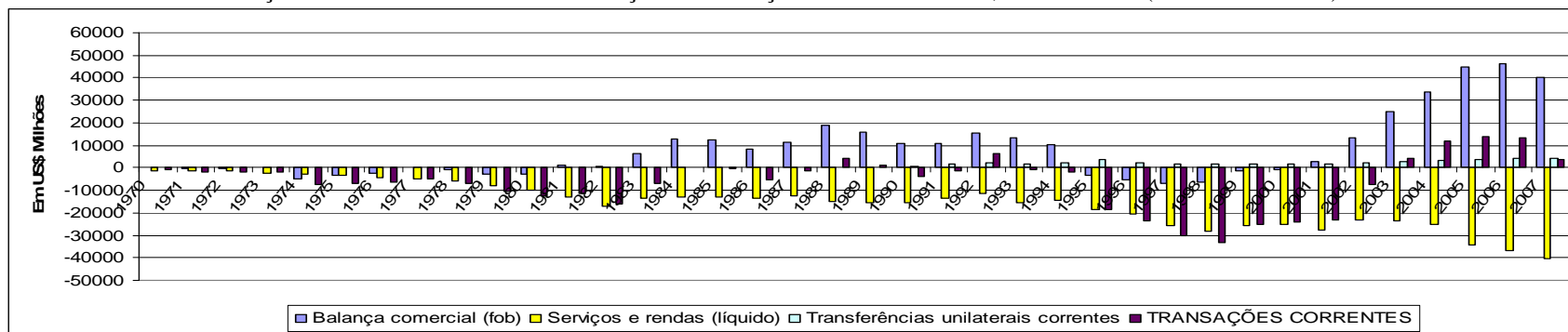


- MIRANDA, J. C. (2001). Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na década de 1990. *Texto para Discussão*, nº 829. Brasília: IPEA.
- NERI, M. C. [Coord.] (2007). Trata Brasil: saneamento e saúde. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais/IBE/FGV. http://www3.fgv.br/ibrecps/CPS_infra/index_teste.htm
Acessado em: 02/03/2008.
- OLIVEIRA, F. (1977). *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- PRADO Jr., C. (1999). *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense.
- PRADO Jr., C. (1966). *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- PRATES, D. M. (2006). A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. *Política Econômica em Foco*, n. 7, seção IV, nov.2005/abr.2006. Campinas: NEIT/IE/UNICAMP.
- ROMEIRO, A. R. (1994). Reforma agrária e distribuição de renda, in: STÉDILE, J. P. [org.] (1994). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS.
- SAMPAIO Jr., P. A. (1999). *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- SARTI, F.; LAPLANE, M. F. (2003). O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90, in: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. [orgs.] (2003). *op. cit.*
- TAVARES, M. C.; SERRA, J. (1977). Além da estagnação, in: TAVARES, M. C. (1977). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.



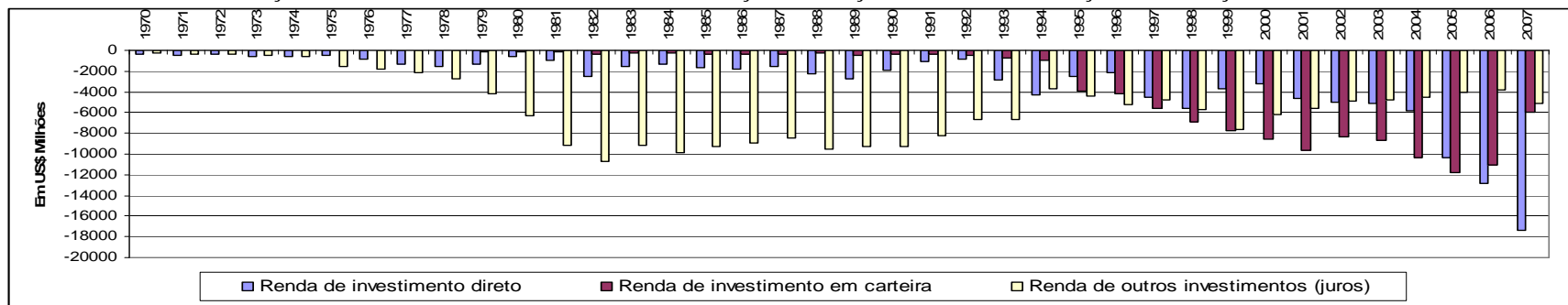
ANEXO

Gráfico 4: Evolução dos Saldos das contas do Balanço em Transações Correntes: Brasil, 1970 a 2007. (Em US\$ Milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

Gráfico 5: Evolução dos Saldos das contas de Rendas do Balanço de Serviços e Rendas do Balanço em Transações Correntes: Brasil, 1970 a 2007.



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.